



## **Antônio Isidoro da Fonseca, Frei Veloso e as origens da história editorial brasileira<sup>1</sup>**

Aníbal Bragança<sup>2</sup> – Universidade Federal Fluminense (UFF)

**Resumo:** O tema da hipertardia implantação da tipografia no Brasil tem sido objeto de alguma controvérsia, pois implica a questão do chamado pacto colonial e também dos controles ideológicos no Estado absolutista português. A necessidade de se conhecerem as diferentes situações históricas da colônia, do início do século XVI ao fim do XVIII, para se saber o que foi determinante, em diferentes momentos, para que a colônia só viesse a ter uma editora permanente em 1808. Procura-se aqui também situar o lugar que têm nas origens da história editorial brasileira o editor Antônio Isidoro da Fonseca, que há 260 anos publicou o primeiro livro impresso no Brasil, e o naturalista mineiro Frei José Mariano da Conceição Veloso, que após levar para publicar em Portugal os originais de sua obra *Flora Fluminensis*, o que não chegou a conseguir, tornou-se um grande editor à frente da Casa Literária do Arco do Cego.

**Palavras-chave:** História editorial brasileira; Antônio Isidoro da Fonseca; Frei Veloso; Brasil: século XVIII.

\*

A riqueza documental que importa explorar, abre, por isso, novas perspectivas, capazes de fazer substituir um tipo de história superficial e ideológica, por uma outra mais complexa e atenta às maneiras de fazer, sentir e pensar da época em estudo.

*Diogo Ramada Curto<sup>3</sup>*

### **Introdução**

Ao se aproximar o bi-centenário da implantação definitiva da tipografia no Brasil com a criação da Impressão Régia, atual Imprensa Nacional, a primeira editora permanente a existir na América portuguesa, em 1808, após a chegada da corte imperial ao Rio de Janeiro, é justo que se ressalte a figura precursora do impressor-editor que primeiro instalou em terras brasileiras uma oficina tipográfica, em 1747. Antônio Isidoro da Fonseca, segundo o historiador Artur Anselmo, foi, com sua primeira oficina, em Lisboa, um dos dez maiores editores portugueses da “fase esplendorosa” do reinado de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Produção Editorial.

<sup>2</sup> Pesquisador 2 do CNPq. Professor adjunto 4 do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador dos Núcleos de Pesquisa: Livro e História Editorial no Brasil, da UFF, e Produção Editorial, da Intercom. Mediador dos e-grupos Google: Cultura Letrada e INTERCOM – Núcleo Produção Editorial e responsável pelo blog Ler, escrever e contar. E-mail: anibalbraganca@gmail.com

<sup>3</sup> In Introdução, Domingos, 2000, p. 12



D. João V (1707-1750), em “número de obras acabadas”<sup>4</sup>. Foi ele também que, há exatos 260 anos atrás, publicou, no Rio de Janeiro, o primeiro livro impresso em terras brasileiras e só por isso mereceria melhor sorte em nossa historiografia.

Lembramos, também, muito brevemente, neste artigo, a figura do notável naturalista e editor Frei José Mariano da Conceição Veloso, nascido na Colônia, que foi o principal responsável por aquela que pode ser considerada a primeira editora brasileira, embora criada em Lisboa, a Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801), com relevantes serviços em favor do livro e da leitura em Portugal e no Brasil.

### **O primeiro editor**

José Veríssimo, em estudo pioneiro (1900: 32), apresenta António Isidoro da Fonseca como o “patriarcha da imprensa no Brasil”. Tal epíteto, entretanto, foi esquecido, talvez por não ter Isidoro deixado aqui uma descendência que lhe pudesse glorificar o nome. Ao contrário, imediatamente após ter notícia da sua oficina e de suas edições no Rio de Janeiro, a Corte expediu, em 10 de maio de 1747, uma Resolução do Conselho Ultramarino e uma Ordem Régia, mandando fazer o seqüestro de todas as letras de imprensa que fossem encontradas no estado do Brasil<sup>5</sup>, frustrando a iniciativa pouco tempo depois de encetada.

O inglês Laurence Hallewell, autor de alentado e utilíssimo estudo sobre a história do livro brasileiro, desqualifica a iniciativa pioneira do editor lisboeta, chegando a afirmar

---

<sup>4</sup> Conforme Anselmo, 1997: 92 (que não indica a fonte): “Em Lisboa, os impressores com maior número de obras acabadas, neste período, são, por ordem decrescente, António Pedroso Galvão, Miguel Rodrigues, Pedro Ferreira, Miguel Deslandes, Teotónio Antunes de Lima (Oficina da Música), Miguel Manescal, José António da Silva (Oficina Silvana), António Isidoro da Fonseca, Valentim da Costa Deslandes, Miguel Manescal da Costa e os herdeiros de António Pedroso Galvão”. Felix Pacheco (1931) foi o primeiro, no Brasil, a demonstrar a importância e a grandeza do trabalho do editor-impressor António Isidoro em Portugal.

<sup>5</sup> “Escrevase aos Governadores do Estado do Brasil, que por constar, que deste Reino tem hido quantidade de letras de imprensa para o mesmo Estado, no qual não he conveniente se imprimão papeis no tempo presente, nem pode ser de utilidade aos impresores trabalharem no seo officio aonde as despesas são mayores que no Reino do qual podem hir impresos os Livros e papeis no mesmo tempo em que delle devem hir as Licenças da Inquiziçam e do concelho, sem as quais se não podem imprimir nem correrem as obras pelo que se lhe ordena que constandolhe, que se achão algumas Letras de imprensa nos Limites dos Governos de cada hum de lhes as mandem sequestrar, e remeter para este Reino por conta e risco de seos donnos, a entregar a quem elles quiserem e mandem noteficar aos donnos das mesmas Letras e aos officiaes de imprensa que houver para que não imprimão, nem consintão que se imprimão, Livros, obras, ou papeis alguns avulsos, sem embargo de quaesquer Licenças, que tenham para a dita impressão, cominandolhe a penna de que fazendo o contrario serão remetidos prezos para este Reino a ordem do Conselho Ultramarino para se lhes imporem as pennis em que tiverem incorrido na conformidade das Leys, e ordens de S. Magestade; E aos Ouvidores, e Ministros mandem intimar esta mesma ordem da parte de S. Magestade para que lhe dem a sua devida [... executam?] e as fação registrar nas suas ouvidorias. Lisboa 10 de Mayo de 1747”, in “Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro, cat. 14763”, conforme: [http://www.ippar.pt/sites\\_externos/bajuda/htm/opusc/notbib.htm](http://www.ippar.pt/sites_externos/bajuda/htm/opusc/notbib.htm)



ser impossível não “estranhar seu otimismo – ou sua ignorância”, pois supõe que “não havia (...) qualquer possibilidade de que Isidoro pudesse viver da impressão de livros” no Brasil, calculando que “ele pudesse contar com no máximo 1.250 fregueses em potencial” (Hallewell, 2005: 89). Entretanto, sabe-se sobejamente que os editores-impressores não se ocupavam apenas de produzir livros e, sim, destes e de outros impressos.<sup>6</sup>

Hallewell considera ainda que é “difícil (...) atinar com a razão pela qual se dispunha [Isidoro] a enterrar-se num lugar que, até pouco tempo antes, não passava de um pequeno posto de defesa, de pouca importância econômica e ainda menor significado cultural” (*Idem*, p. 90), mostrando desconhecer que a decisão estava voltada para o futuro, e que já então, com o apogeu da extração aurífera, a cidade estava em progresso e era possível prever um crescimento muito maior. Em 1763 o Rio de Janeiro seria a capital e sede da administração colonial.

A atuação do impressor-editor Isidoro no Brasil é até hoje um campo quase inexplorado por nossos historiadores e menos ainda pelos colegas portugueses. Mesmo a recente obra *Gentes do livro – Lisboa, século XVIII*, organizada sob a direção de Manuela D. Domingos e editado pela Biblioteca Nacional, de Lisboa – um admirável levantamento de fontes sobre editores, impressores, livreiros, encadernadores etc. atuantes em Portugal no período indicado –, dedica-lhe apenas poucas linhas, parecendo ignorar até a importância que teve em Lisboa, onde foi editor de grandes nomes, como o de António José da Silva, o Judeu. Aliás, o processo sofrido por este seu editado, queimado nas fogueiras da Inquisição, em 1739, poderá ter sido uma razão que justificaria a vinda do editor para a Colônia.

Com exceção do que foi escrito sobre duas edições que podem ter sido publicadas ou impressas por António Isidoro, mas que não levam seu nome, o que resultou em “charada bibliográfica”, segundo o bibliófilo e jornalista Felix Pacheco, assunto a que nos referiremos adiante, o nome do “patriarca de nossa imprensa” tem sido lembrado em nossa historiografia especialmente no contexto das discussões sobre as possíveis razões da hipertardia implantação da tipografia na América portuguesa, mais pela sua

---

<sup>6</sup> Ver: Bragança, 2002.



interdição que pelo reconhecimento de seu trabalho. A proibição de funcionamento de sua oficina tem servido como motivo para invectivas contra o sistema colonial e contra a Metrópole, em produções de intelectuais herdeiros de uma tradição historiográfica de combate, que, em geral, não vão além de uma condenação simplória da política portuguesa para a colônia, como, por exemplo: “O regime de Portugal, por todo o período da colônia, asfixiou a manifestação do pensamento por meio da palavra impressa, sendo responsável pelo atraso do Brasil na montagem de prelos e tipografias” (Bahia, 1972: 13), a que se segue a referência ao documento de 1747<sup>7</sup>. Passa-se ao largo do contexto da medida e estende-se a abrangência de sua eficácia para todo o período colonial, mesmo considerando-se que somente a partir do século XVIII teria sido a tipografia “exigida” pela dinâmica social da América portuguesa e apenas nesse período legalmente reprimida, dentro de um complexo contexto político e econômico específico. Ignora-se que a realidade dos séculos XVI e XVII, quando a colônia tinha um incipiente desenvolvimento urbano e uma população rarefeita, em grande parte composta por escravos, onde quase todos eram analfabetos, não houve iniciativas, nem do governo nem de particulares para criação de tipografias. Mesmo os Jesuítas, talvez os que mais dela precisassem em suas escolas, também, ao que se sabe, ao certo, não tomaram essa providência na Colônia. Esquece-se também do período em que Portugal ficou submetido ao domínio espanhol (1580-1640), durante o qual – seis décadas – também não houve por parte da Espanha nenhuma iniciativa nesse sentido, embora tenha feito isso nas áreas que conquistou no século XVI e onde logo encontrou prata e ouro em abundância, o que só viria a ocorrer em terras sob domínio português dois séculos depois, portanto no XVIII. Ignoram-se as invasões francesas e holandesas e as lutas com a Espanha, que mobilizavam as forças lusitanas, inclusive as da Colônia, para a defesa do território.

Um dos poucos estudos que escapa das armadilhas da historiografia “engajada”, a qual critica, é a tese de José Marques de Melo, *Sociologia da imprensa brasileira, a implantação*, de 1973, que aponta, para explicar a hipertardia implantação da tipografia na Colônia, a existência de fatores sócio-culturais e não o “sistema político repressor”

<sup>7</sup> Para um panorama geral das posições da historiografia brasileira sobre a questão, ver: Melo, 1973, especialmente o capítulo III: “Implantação da imprensa no Brasil – Fatores socioculturais que geraram o seu retardamento”.



metropolitano<sup>8</sup>. Ao contrário, afirma que “não existiu uma legislação expressamente restritiva à instalação de tipografias no Brasil”, considerando o texto de 1747, que extinguiu a tipografia de António Isidoro da Fonseca, do Rio de Janeiro, uma ação “isolada de confisco [de] oficina montada sem autorização dos governantes metropolitanos” (*Op. cit.*, p. 97-8), e afirma que “na realidade, o governo português não chegou a expedir disposições legais que vedassem taxativamente a instalação e funcionamento de tipografias no Brasil”.

Entretanto, ao generalizar para todo o período colonial sua tese sobre o atraso da chegada da tipografia no Brasil, fundamentada em “fatores socioculturais”, incorre em erro similar ao dos que critica, embora com sinal invertido. Se durante os primeiros séculos não haveria exigência social nem política de tipografia na Colônia (embora pudesse haver, em dimensões talvez modestas, na área educacional), o mesmo não se pode afirmar a partir do século XVIII, depois da descoberta das minas e suas conseqüências sobre a vida colonial – e da metrópole –, em todos os seus aspectos<sup>9</sup>.

Ao apontar José Marques de Melo para a necessidade da “autorização dos governantes metropolitanos”, lembra, entretanto, que não se podem ignorar as bases legais para a instalação e o funcionamento de qualquer estabelecimento comercial ou manufatureiro, em qualquer época e lugar (e mais severamente no contexto do *Ancient Régime* e do Antigo Sistema Colonial). As atividades das “geres do livro” foram sempre objeto de regulações pelos poderes, quer o real quer o religioso ou ambos<sup>10</sup>. E mais, há que levar em conta a formação e permanência das corporações de ofícios, que buscavam garantir, diante do poder real e, especialmente, diante de outros artesãos ou oficiais mecânicos, os privilégios, políticos, sociais e econômicos, e as benesses alcançadas, especialmente diante de concorrentes estrangeiros.

Para instalar-se na Colônia os livreiros e, eventualmente, os impressores deveriam não só obedecer às imposições legais de qualquer negócio como também lutar contra os interesses dos colegas metropolitanos que procuravam reservar para si o mercado

---

<sup>8</sup> Sua tese seria fortalecida, parcialmente, com o trabalho de Hallewell (2005: 80), que afirma: “Nesse primeiro século e meio de colônia, a administração do Brasil era tão rudimentar e a população tão pequena e espalhada por uma área tão vasta que a indústria da impressão não era administrativamente necessária nem economicamente possível.”

<sup>9</sup> Ver, dentre outros, *A nação mercantilista*, de Jorge Caldeira, S. Paulo, 1999.

<sup>10</sup> Fernando Guedes destaca que já em 1501 ou 1502, alguns anos depois da introdução da imprensa em Portugal, “surge o primeiro arremedo de protecção àquele que custeava uma edição: eram os privilégios reais.” (1993: 14)



colonial, não se podendo ignorar também que, mesmo em Lisboa, havia muitas disputas de mercado entre os negociantes portugueses e os estrangeiros, especialmente os holandeses e os franceses, que com eles lutavam por espaços no mercado português<sup>11</sup>.

Em 1755 os poucos livreiros estabelecidos no Rio de Janeiro chegaram a requerer à Metrópole que lhes fosse também permitido organizar-se numa corporação, para que pudessem receber os mesmos “privilégios, isenções e liberdades” que gozavam os de Lisboa, que estavam submetidos, desde 1733, ao “Regimento do Ofício de Livreiros”. O pedido não foi aceito (Bragança, 2001: 137-8) e nisso certamente houve influência dos livreiros metropolitanos. Nesse mesmo ano também as corporações em Portugal, com o decreto que criou a “Junta de Comércio destes Reinos e seus Domínios”, teriam de suportar “os vendavais” (Guedes, 1993: 80-1) do período pombalino.

### **Antônio Isidoro da Fonseca e o Bispo D. Antônio do Desterro Malheyro**

Voltando à primeira edição feita no Brasil, destacamos que Rubens Borba de Moraes, acha surpreendentes as circunstâncias em que isso ocorreu (1975: 141-2). Ele afirma:

Se pensarmos bem, tudo nesse folheto é contra a lei e Antônio Isidoro da Fonseca bem o sabia, como se vê do seu requerimento. Ele não podia pedir licença somente ao bispo e ignorar a autoridade civil. Isidoro atribuiu ao bispo uma autoridade que lhe cabia somente em parte. Como bispo (ordinário) e como delegado do Santo Ofício no Rio, D. Antônio do Desterro só podia atestar que a *Relação* nada tinha a Santa Fé, mas não podia (e, aliás, não o fez) atestar que não era obra subversiva, ou infestada de idéias contra o Estado, como se costumava alegar quando era o caso. Isidoro deixa entender que sabia muito bem disso, tanto que pede a graça de imprimir a *Relação* ‘por ser obra volante’. E ainda, continua: “Toda gente parece estar de acordo em amenizar os rigores da lei e facilitar o despacho do requerimento, embora não tivesse seguido todos os canais competentes. Tratava-se de deixar circular um simples folheto escrito por um juiz, elogiando um bispo, onde não havia nada de mal, uma simples narrativa dos festejos realizados no Rio, por ocasião da posse do bispo.

Por que teria isso ocorrido? Essa e outras perguntas, como: quando chegou ao Rio de Janeiro?, a convite de quem?, e por quê?, ainda carecem de respostas.

---

<sup>11</sup> Ver, além da obra de Guedes, citada, também os trabalhos de Manuela D. Domingos incluídos na bibliografia.



Sacramento Blake (1883, 1970: X-XI) afirma que, antes da chegada da Família Real,

apenas uma typographia aqui se inaugurou, no meiado do seculo passado, por iniciativa de uma sociedade litteraria, a dos selectos, instituida por consentimento e sob os auspicios do governador Conde de Bobadella, a quem esta sociedade tecera tantos encomios, que – parece – fora ella instituida só para elogial-o.

Outros autores atribuem a iniciativa ao próprio governador Gomes Freire de Andrada, futuro Conde de Bobadela, considerado um amigo das letras e incentivador da criação de academias literárias, ou, pelo menos, à sua proteção ter sido possível instalar-se Isidoro com sua tipografia no Rio de Janeiro.

Entretanto, o historiador e editor Francisco G. Cunha Leão, até recentemente diretor da Biblioteca da Ajuda (do Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa), em “Notas bibliográficas”, em seu “opúsculo” sobre “A primeira imprensa joanina no Brasil – A oficina de António Isidoro da Fonseca”<sup>12</sup>, afirma: “é natural que o impressor António Isidoro da Fonseca tenha sido convidado a acompanhar o bispo mediante a perspectiva de trabalho seguro e a necessidade do bispado em dispor de meios tipográficos adequados; neste sentido surgem as licenças concedidas pelo bispo à edição do folheto, talvez à revelia do poder real”. Infelizmente, além de não ser “natural” tal possibilidade, o autor do texto não dá nenhuma pista de onde poderia ter encontrado ao menos um indício ou a fonte para a conjectura.

Sabemos, no entanto, que a prática de um bispado manter tipógrafo e oficina a seu serviço não era rara e o historiador Artur Anselmo (*idem*: 87-8) o confirma, ao tratar dos impressores joaninos: “Há mesmo os que trabalham exclusivamente para a Inquisição, para os bispos, para casas abastadas da nobreza, para as academias ou para a Casa Real”.

Não se deve deixar de reconhecer que há uma lógica na hipótese levantada por Cunha Leão, e assim que ela pode ser base para uma pesquisa que a comprove ou rejeite. A ser consistente a possibilidade, restaria, ainda, saber se teria havido alguma “conversação” do bispo com o governador para que este apoiasse a iniciativa, que, como afirmou Marques de Melo, não era proibida expressamente.

---

<sup>12</sup> Biblioteca da Ajuda: [http://www.ippar.pt/sites\\_externos/bajuda/htm/geral/index03.htm](http://www.ippar.pt/sites_externos/bajuda/htm/geral/index03.htm)



Propomos a seguir algumas pistas, que podem ser úteis para compreender parte do que é, até hoje, um quebra-cabeça e que demandará ainda muitas pesquisas para se fechar, pois são muitas as perguntas sem respostas.

O bispo D. António do Desterro Malheyro encontrou em José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, um grande admirador e biógrafo. Monsenhor Pizarro, como ficou conhecido, publicou as suas *Memórias do Rio de Janeiro* em 10 tomos, entre 1820 e 1822, parte pela Impressão Régia e parte (2 últimos tomos) pela editora de Silva Serva, na Bahia. Na reedição, feita pelo Instituto Nacional do Livro-Imprensa Nacional (entre 1945-1951) a obra aparece organizada em 7 volumes, sendo um de índices. Grande parte do 5º volume está dedicada à memória de D. António do Desterro e sua atuação como bispo do Rio de Janeiro.

O autor das *Memórias*, Pizarro e Araújo, é apresentado por Rubens Borba de Moraes na 2ª. edição da obra: natural do Rio de Janeiro, onde fez os primeiros estudos, concluídos na Universidade de Coimbra, com o bacharelado em Cânones. Voltou ao Rio em 1780. Em 1801 retornou a Portugal, de onde voltou com a Corte. Aqui exerceu “as mais altas funções civis e eclesiásticas, tais como, conselheiro de D. João VI, tesoureiro e arcepreste da Real Capela, deputado da mesa de consciência e ordens, conselheiro honorário do Tribunal de Justiça, procurador geral das três ordens militares etc. etc. Depois da Independência foi deputado à primeira Legislatura e presidiu a Assembléia por algum tempo” (Araújo, 1946: Prefácio, VII).

Segundo Pizarro (*Idem*, v. V, p. 10s), o bispo D. António do Desterro Malheyro, nasceu em Viana de Lima, a 13 de junho de 1694. Em 26 de julho de 1738 foi eleito para o Bispado de S. Paulo de Loanda, em Angola. Em viagem para o Bispado, aportou no Rio de Janeiro, em março de 1740, ficando hospedado no Mosteiro de São Bento. Daqui se dirigiu a Angola, onde chegou a 10 de agosto, tomando posse da Diocese no dia 15. No período em que ficou no Rio de Janeiro já o governava Gomes Freire de Andrade, com quem certamente teria feitos contatos, como dignatários que eram.

Em 18 janeiro de 1745, menos de sete anos depois de sua passagem pelo Rio de Janeiro, o Papa Bento XIV o designou para a Mitra Fluminense, o que criou grandes expectativas na cidade. Segundo o cronista Pizarro, “quanto o povo ansiava a sua



chegada, tanto mais o afligia a demora da viagem, que por isso motivou receios de algum perigo, divulgando-se a notícia de ter o vaso do seu transporte arribado às ilhas de Maricá. Com esta nova, deliberou o General Governador, que num hiate saísse o Sargento-Mor de Artilharia da Praça José Fernandes Pinto Alpoim a demandar o sitio indicado das ilhas e conduzir a seu bordo o desejado Bispo, cuja presença sossegasse o susto, e descontentamento universal”.

O sargento-mor Alpoim retornou “sem descobrir vestígio algum do procurado navio”, mas “não tardou que a Fortaleza de Santa Cruz, dando sinal no dia 1 de dezembro de 1746, a hora do meio dia, certificasse ao público que o diocesano, por quem se acabava de fazer diligência, se aproximava à barra do pôrto”.

Monsenhor Pizarro, relata a recepção ao barco que trouxe o bispo D. António:

Cumprimentado naquele passo pelo General [o governador Gomes Freire de Andrade] e pessoas mais conspicias da cidade, foi dali acompanhado por todos, até aferrar o navio no ancoradouro detrás da Ilha das Cobras, em cuja passagem significaram as Fortalezas a satisfação geral da Diocese, dando repetidas salvas, e a exemplo delas todos os navios surtos no mesmo pôrto. Visitado a bordo pelo Governador do Bispado, capitulares, ministros, prelados das religiões, e nobreza, fez o seu desembarque com assaz plausibilidade, e no Mosteiro da sua Ordem, que de novo o hospedou, também recebeu das pessoas principais do país, e do povo, os acatamentos tanto respeitosos, como festivos” (*Idem, ibidem*).

Tendo chegado, como acima se registrou, no dia 1º de dezembro de 1746, já no dia 5, fez o bispo D. António a “Protestação da Fé”, e no dia 11

se preparou, e deu principio a huma noite Attica, na representação da Opera intitulada *Felinto Exaltado*, com excelente Musica, e os reпреzentantes especialmente vestidos, que no luzido das pedras, com que se guarneciaõ, mostrava o brilhante deste acto, ao qual assistiraõ Suas Excellencias, Mestres de Campo, Ministros, Religioens, e Nobreza, convidados pelo Doutor Juiz de Fora. (Cunha, 1747: 7)<sup>13</sup>

Fez-se então tomar posse do Bispado por seu procurador, o Cônego Doutor Henrique Moreira de Carvalho, enquanto “descansava dos incômodos padecidos em viagem tão prolongada”, marcando para o início do novo ano a sua apresentação à cidade e a seus fiéis.

---

<sup>13</sup> O exemplar utilizado foi o fac-símile já referido.



Em 1º de janeiro de 1747, fez o bispo D. António do Desterro Malheyro, conforme previsto, sua entrada pública na cidade, saindo do Mosteiro de São Bento para a Sé, “pontificalmente vestido”,

servindo-lhe de caudatário seu irmão João Malheiro Reimão, ao chapéu Cristóvão Moniz Barreto de Menezes, e à capa viatória Tomás de Gouveia Coutinho, foi acompanhado do General, do Senado, cidadãos, nobreza, e povo, que pelas ruas, por onde passou, levantaram sete arcos de notável arquitetura, e preciosamente vestidos, cujo guarnecimento lustroso realçava a lusida soldadesca. (*Idem*, 11).

Foi o relato dessa “entrada”, feita pelo Juiz de Fora e Provedor de Defuntos e Ausentes, Luiz Antonio Rosado da Cunha, a primeira obra que publicou António Isidoro da Fonseca em sua segunda oficina no Rio de Janeiro. Tinha, como era comum na época, um longo título: *Relação da Entrada que fez o Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor D. F. Antonio do Desterro Malheyro, Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente Anno de 1747, havendo sido seis Annos Bispo do Reyno de Angola, donde por nomiação de Sua Magestade, e Bulla Ponficia, foy promovido para esta Diocesi*. No rodapé a indicação “Com licenças do Senhor Bispo”. Não havia qualquer referência a ser este o primeiro livro escrito, editado e impresso em terras brasileiras!<sup>14</sup>

Nossa história editorial se iniciou com uma obra modesta, mas com elevada qualidade gráfica, apesar de ter sido publicada em tempo muito curto. Registra os acontecimentos relevantes ocorridos desde a chegada do bispo ao Rio de Janeiro até sua “entrada” na cidade. Seu texto foi aprovado a 18 de janeiro, impresso e achado “conforme o seu original” em 7 de fevereiro, por Christovão Cordeiro, tendo nesse mesmo dia recebido a autorização que lhe permitiu chegar ao público leitor: “Visto estar conforme o Original pôde correr”, assinado por D. Fr. Antonio do Desterro.<sup>15</sup>

O bispo, responsável, juntamente com o governador Gomes Freire de Andrade, pelo bom êxito (mesmo que efêmero) da iniciativa de António Isidoro da Fonseca, foi um grande dignatário da Igreja, pelo que se pode deduzir do que diz dele o Monsenhor Pizarro em suas *Memórias*:

---

<sup>14</sup> O texto integral do livro, de que se conhecem hoje menos de cinco exemplares, está publicado integralmente, de forma fac-similar, no segundo volume (“Appendice”) de *Duas Charadas Bibliographicas*, de Felix Pacheco, com excelente qualidade gráfico-editorial, assim como estão no mesmo volume os demais trabalhos de Isidoro impressos no Rio de Janeiro (que não têm questionamentos quanto ao editor). Ver bibliografia.

<sup>15</sup> Cronograma feito a partir das notas do colofão consultadas na edição fac-similar citada.



foi respeitado pelos homens mais ajuizados, e mesmo pelos grandes da Corte, onde constava muito bem o seu distinto merecimento, igualmente que a fidelidade, e zelo do serviço de El-Rei, como mostrava pela pronta expedição dos negócios, de que muitas vezes o incumbiram as Secretarias de Estado, e Tribunais do Reino. Procedeu daí, que sem delongas, nem precedente indagação da justiça, ou curialidade das propostas dos benefícios da diocese, elas se confirmavam pela Mesa competente a Consciência, e Ordens; e motivos ocorreram assaz ponderosos [sic] para se persuadir da mudança da Metrópole da Bahia para este Bispado, cuja traslação se premeditava (Vol. V, p. 27-28).

Após a morte de Gomes Freire de Andrade, em 1º de janeiro de 1763, que governou o Rio de Janeiro durante mais de 25 anos, o Bispo D. António Malheyro foi designado para sucedê-lo, temporariamente, e suas providências “ainda as que diziam relação à guerra atual do Continente do Sul – foram distribuídas com tanto acerto, que merecendo a satisfação geral do povo, não desagradaram ao Soberano”. (*Idem*, p. 29)

Foi também o bispo D. António zeloso com o cumprimento do Alvará de 30 de setembro de 1770, que proibiu o “uso de ensinar a ler nas escolas por processos, a que se deviam substituir outros manuscritos, ou livros impressos, principalmente o *Catecismo pequeno* de Montpellier”, tendo indicado em Pastoral de 17 de Abril de 1773, “aos párocos e capelães das capelas, que nuns e noutros lugares lessem, ou fizessem ler em todos os domingos do ano aquêle catecismo, por espaço de meia hora, antes da missa conventual; e aos professôres das primeiras letras recomendou, que o fizessem aprender, e decorar pelos discípulos, inibindo a estes alunos a entrada nas aulas da gramática latina, se não provassem suficientemente o estudo da doutrina contêda, aos [sic] menos, no compêndio do mesmo Catecismo”. (*Idem*, p. 14)

Às 7 horas da manhã do dia 5 de dezembro de 1773, com 79 anos, tendo de Bispo 35, e de governo da Diocese Fluminense 27, faleceu e foi sepultado no Rio de Janeiro. (*Idem*, p. 30)

António Isidoro da Fonseca publicou na oficina do Rio de Janeiro, também em homenagem ao Bispo, com quem, se pode supor, chegou ao Brasil, em 1º de dezembro de 1746, dois conjuntos de poemas: um “Aplauso” sob a forma de “romance heróico” e “Epigramas”<sup>16</sup>. Além destes, comprovadamente, publicou também uma tese,

---

<sup>16</sup> Também reproduzidas, em fac-símile, no “Appendice” de Pacheco, 1931.



*Conclusiones metaphysicas de Ente Reali*, do padre jesuíta Francisco de Faria. Sobre esta edição, diz Moraes (1979: 63-4):

É interessante essa impressão, não por ter sido executada em seda (pois é possível que se tivessem tirado outros exemplares em papel), mas como peça tipográfica. Revela grande talento de *mise en page*. Não era fácil fazer caber numa única página, embora de grande formato, a dedicatória e as três conclusões da tese de Francisco de Faria. Demonstra, também, que o impressor tinha trazido para o Rio tipos de diversos corpos, itálicos e enfeites.

Felix Pacheco refere-se como “charadas bibliográficas” a intrincada história editorial de dois outros livros – *Exame de Artilheiros* e *Exame de Bombeiros* –, de autoria do Sargento-mor José Fernandes Pinto Alpoim, lente da Escola de Artilharia do Rio, o mesmo que foi mandado em busca do navio que trouxe o Bispo D. António, e um dos auxiliares mais próximos de Gomes Freire de Andrade, a quem as obras são dedicadas, e que têm características bibliográficas que sugerem terem sido editadas por Isidoro, mas com o crédito dado a outras editoras. O exaustivo trabalho de pesquisa realizado por Felix Pacheco e Affonso E. Taunay, que resultou no volume referido, concluiu que essas tipografias existiram, não eram “inventadas”, o que, para esses bibliógrafos, é conclusivo quanto a não serem os créditos usados para fugir à censura e à proibição real. Entretanto, há muitos argumentos, como os de Ernesto Sena (1983), além da relação possível entre Alpoim e Isidoro, que podem indicar que o uso do nome dessas tipografias não exclua a participação de António Isidoro na edição desses livros, e até que os créditos sejam falsos. Segundo Anselmo (*Idem*, p. 94): são “(...) numerosas contrafacções que, a partir de meados do século XVII, aparecem à venda, seja porque se trata de obras de venda garantida, seja porque desde modo parecia mais fácil fugir à censura inquisitorial ou à censura civil. Locais de edição falsos, editores imaginários, datas trocadas, de tudo isto lançam mão os rapinantes, para abocanharem a sua côdea”.

Cunha Leão (*Idem, ibidem*) assegura que os caracteres usados na edição do livro *Exame de Bombeiros* são os da fundição de Villeneuve utilizados nas oficinas de Lisboa e Rio de Janeiro por António Isidoro da Fonseca. Para esse pesquisador a edição foi provavelmente já efetuada em Portugal, após volta do Rio de Janeiro (que não se sabe precisamente quando ocorreu) e “é datável de cerca 1750, sendo assim a última que se



conhece deste impressor”. Isidoro, nessa época, tentou voltar a montar sua oficina no Rio de Janeiro, sem êxito<sup>17</sup>.

### **Frei Veloso e as edições da Casa Literária do Arco do Cego**

Dentro dos limites impostos a este trabalho, que está em desenvolvimento, nos é permitido apenas referir a Frei José Mariano da Conceição Veloso lembrando que é necessário e oportuno que, dando continuidade aos excelentes estudos apresentados no livro-catálogo *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*, 1999, publicado pela Biblioteca Nacional, de Lisboa, se atente para a circulação dos livros por ele editados e enviados ao Brasil a partir de 1799. A iniciativa da Casa Literária Arco do Cego de fazer remessas de suas edições para os funcionários e agentes da administração colonial para que fossem vendidos a todos que, com sua leitura se pudessem beneficiar, especialmente no desenvolvimento de atividades agrícolas, infelizmente tem sido, até hoje, marcada pelas referências à experiência paulista, multiplicadas, de forma tendenciosa, por Mello Moraes em seu livro *Phytographia ou Botânica Brasileira*. Ainda que, com pouco êxito de vendas, circulação e leitura, os livros já foram localizados em diferentes regiões do país, e parece-nos que a iniciativa merece ser melhor estudada. Ela faz lembrar o que fez Monteiro Lobato, em sua “revolucionária” busca de criar pontos de venda pelo Brasil a dentro, através das indicações dos postos do Correio espalhados pelo Brasil. Empreendimentos em busca do leitor, em seus respectivos contextos históricos e culturais, bem distintos, mas com as dificuldades permanentes, em terras brasileiras, de fazer chegar os livros a seu público. Voltaremos a tratar do tema.

---

<sup>17</sup> “Diz Antonio Isidoro da Fonseca que, sendo preciso ao Suplicante o passar ao Rio de Janeiro, a assentar ali huma imprensa na qual imprimisse alguns papeis e concluzoens, sem que disso se seguisse prejuizo a terceira pessoa, offensa às leis de V. M., mas utilidade pública por não haver naquellas partes outra impressao, se lhe prohibiu o uso della por ordem de V.M. e foi o suplicante mandado sahir do dito Rio de Janeiro, como com effeito sahiu e se acha nesta Corte. E porque recebe nisso prejuizo, porque para outra vez se estabelecer na Corte, se não acha com meios promptos, nem faceis, pois desfez a sua casa e a sua officina, assim para satisfazer a alguns credores, como para assentar no dito Rio de Janeiro, com o intento de ganhar o que lhe era preciso e a sua mulher... e que nestas circunstancias e certezas espera o suplicante a Real Clemencia de V.M., que não offendendo o suplicante com este modo de vida (a que preciza a sua honra e a obrigação de sustentar a sua caza) o bem commum nem as leis de V.M. lhe faça mercê levantar-lhe a prohibição que se lhe faz, para effeito de que o supplicante possa estabelecer a dita imprensa no Rio de Janeiro, na mesma forma e para o mesmo fim de que usava d’ella ou na Bahia e se necessário for, fará termo com as penas de V.M. for servido impor-lhe, de que não imprimirá livros sem licença de V.M. e do Santo Officio, nem outro papel de que se diga danno ao Reino ou algum vassallo delle”. O despacho foi seco: “Excusado”. Conf.: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 50 (1936), p. 121, cit. Moraes, 1979: 65.



### **Bibliografia citada:**

ANSELMO, Artur. “O livro português na época de D. João V”, in *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães, 1997.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. 2ª ed. 7 v. Prefácio de Rubens Borba de Moraes. Rio de Janeiro: INL-Imprensa Nacional, 1946 [1820-1822].

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. 3ª ed. S. Paulo: Ibrasa, 1972.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. 1º v. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970 [edição fac-similar da publicada pela Typographia Nacional (Rio de Janeiro) em 1883]

BRAGANÇA, Aníbal. *Eros pedagógico. A função editor e a função autor*. Tese de doutorado. S. Paulo: Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), 2001. Inédita em livro.

\_\_\_\_\_. “Uma introdução à história editorial brasileira”, in *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. XIV, II série, 2002. Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa (Portugal), p. 57-83. ISSN 0870-4546.

CUNHA, Luiz Antonio Rosado da. *Relação da Entrada que fez o Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor D. F. Antonio do Desterro Malheyro, Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente Anno de 1747, havendo sido seis Annos Bispo do Reyno de Angola, donde por nomiação de Sua Magestade, e Bulla Pontificia, foy promovido para esta Diocesi*. Rio de Janeiro: Segunda Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, MDCCXLVII (Ed. fac-similar publicada como “Appendice” a Pacheco, 1931, 2º v. [ver abaixo]).

DOMINGOS, Manuela D. *Livreiros de Setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.

\_\_\_\_\_ et alli. *Gentes do livro. Lisboa, século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.

GUEDES, Fernando. *Os livreiros em Portugal e suas associações desde o século XVI até aos nossos dias*. Lisboa: Verbo, 1993.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil. Sua história*. 2ª. ed., ver. e amp. S. Paulo: Edusp, 2005.

LEÃO, Francisco G. Cunha. “Notas bibliográficas. A primeira imprensa Joanina no Brasil. A oficina de António Isidoro da Fonseca (Act. 1728-1750?)”, in *Biblioteca da Ajuda* [http://www.ippar.pt/sites\\_externos/bajuda/htm/geral/index03.htm](http://www.ippar.pt/sites_externos/bajuda/htm/geral/index03.htm) . Acessado em 10/06/2007.

MELO, José Marques de. *Sociologia da imprensa brasileira. A implantação*. Petrópolis: Vozes, 1973.

MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz*. 2ª. ed. rev. e aum. S. Paulo: Nacional, 1975.

\_\_\_\_\_. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: LTC ; S. Paulo: SCCT, 1979.

PACHECO, Felix. *Duas charadas bibliographicas*. 2 v. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, Rodrigues & C., 1931.



SENNA, Ernesto. “A Impressão Régia” [1908], in *Rascunhos e perfis*. Brasília: Ed. UnB, 1983, p. 491-508.

VERÍSSIMO [DE MATTOS], José. “A Instrução Pública e a Imprensa”, in *Livro do Centenário (1500-1900)*. Publicado sob os auspícios da Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.